

CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA

Assembleia Geral para discutir proposta salarial

O Sindsep/MA vai realizar no próximo dia 19 de janeiro, uma Assembleia Geral, que irá acontecer de forma híbrida (presencial e remota).

Na pauta está a Campanha Salarial de 2024 e a proposta apresentada pelo Governo Federal.

A Assembleia vai acontecer às 9h em primeira convocação e 09:30h em segunda convocação.

Os servidores que forem participar de forma remota poderão acessar o link: <http://meet.google.com/rrg-emkk-zub>.

Concurso Unificado

Esther diz que vagas só suprem 10% da demanda

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, rebateu a afirmação de que as mais de seis mil vagas ofertadas no Concurso Público Nacional Unificado "incharia a máquina pública". Segundo ela, falta servidores públicos nos órgãos federais.

"Tivemos poucos concursos nos últimos anos, o governo anterior praticamente não autorizava concursos, então tivemos uma saída de mais de 70 mil pessoas do serviço público federal. Quem tenta acessar o serviço público muitas vezes vê que falta gente para prestar o serviço", disse, em entrevista a GloboNews nesta sexta-feira (12/1).

De acordo com a ministra, quando ela entrou no governo viu que todos os ministérios estavam com falta de gente. "Para 2024, houve uma demanda de mais de 80 mil vagas. Então 9 mil vagas

perto da perda é praticamente 10% da saída que houve nos últimos anos no governo federal", disse.

No ano passado, foram autorizadas mais de 9,5 mil vagas para cargos de nível médio e superior em diversos órgãos do Executivo. Nesta semana, o governo abriu 6.640 oportunidades de níveis médio e superior no Concurso Nacional Unificado. As vagas são divididas entre os 21 órgãos públicos participantes.

Nas redes sociais, a ministra comemorou o lançamento dos editais e ressaltou a importância de ampliar a diversidade no serviço público do país. De acordo com ela, a iniciativa "deixará o serviço público cada vez mais com a cara do Brasil". "Ampliar diversidade é essencial para pensarmos políticas públicas para os desafios do país", completou.

Fonte: Correio Braziliense



ASSEMBLEIA GERAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2024

O Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado do Maranhão - SINDSEP/MA, em consonância com o Estatuto, convoca os associados em gozo dos seus direitos estatutários, para participarem da Assembleia Geral de forma híbrida (Presencial e Remota), presencial no auditório do SINDSEP - sito à Av. Newton Bello, 524, Monte Castelo e de forma Remota no LINK: meet.google.com/rrg-emkk-zub, no dia 19 de janeiro de 2024, às 09:00h em primeira convocação e às 09:30h em segunda convocação, para discutir e deliberar sobre a seguinte pauta: 1- Informes da Campanha Salarial 2024 e, 2 - Avaliação da Proposta do Governo.

São Luís - MA,
15 de janeiro de 2024.

João Carlos Lima Martins,
Presidente.



Lei deixa indenização a atingidos por desastres de barragens fora da renda

O governo federal sancionou uma lei que exclui do cálculo da renda familiar de pessoas atingidas por desastres com barragens os valores recebidos como auxílio financeiro temporário ou como indenização pelos danos sofridos. A lei foi sancionada a poucos dias da tragédia em Brumadinho (MG) completar cinco anos.

De acordo com a Lei 12.809, pessoas indenizadas pelos desastres não serão excluídas de programas sociais, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), por conta do aumento artificial e temporário na renda. O texto deriva do Projeto de Lei (PL) 4.034/2019, aprovado na Câmara dos Deputados em 25 de outubro de 2023. No Senado, o projeto foi analisado, ainda em 2019, pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição e Justiça (CCJ), tendo sido relatado pelos senadores Irajá (PSD-TO) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), respectivamente.

O desastre de Brumadinho foi investigado por uma comissão externa na Câmara, coordenada pelo deputado Zé Silva (Solidariedade-MG). Segundo o parlamentar mineiro, o estado ainda corre perigo de novos desastres.



A tragédia causada pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, em janeiro de 2019, causou a morte de 270 pessoas, entre funcionários da mineradora brasileira e de empresas terceirizadas, moradores do município e visitantes, além de deixar um rastro de destruição no meio ambiente. A avalanche de lama que vazou na tragédia alcançou o Ribeirão Ferro-Carvão e, de lá, o Rio Paraopeba, causando ainda destruição de comunidades e devastação florestal.

Segundo a mineradora Vale, responsável pela barragem, até 2023, R\$ 24,1 bilhões devem ser investidos na reparação. O valor é aquém do pleiteado pela Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). Em ação movida em março de 2019, a instituição postula que seja garantido no mínimo R\$ 50 bilhões para a reparação ambiental. Um mês depois, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) defendeu outros R\$ 50 bilhões como piso a ser

gasto, dessa vez em ação que trata da apuração dos danos sociais e econômicos.

Segundo a Vale, já foram celebrados mais de 4 mil acordos de indenizações individuais e trabalhistas. Instituições públicas têm manifestado divergência sobre o melhor caminho para a busca de indenizações. No início de abril de 2019, a Defensoria Pública de Minas Gerais assinou com a Vale um termo de compromisso definindo os procedimentos que viabilizaram as negociações individuais.

O órgão acredita que o acordo dará celeridade às indenizações, evitando que as reparações demorem anos para serem efetivadas. Por sua vez, o MPMG defende que um processo coletivo fortaleceria os atingidos. Isso não significa que todas as vítimas receberiam o mesmo valor, mas que seriam fixados parâmetros comuns que orientariam o cálculo individual.

Fonte: Congresso em Foco

**SE É IMPORTANTE PARA A SUA VIDA
É UMA LUTA DA CUT**